

Sul América Capitalização S.A. – SULACAP
CNPJ 03.558.096/0001-04

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (“Companhia” ou “Sulacap”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravou a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injecção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada, redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação

brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsiona pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas.

As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2017	2016	Δ
Receita líquida com títulos de capitalização	93,7	88,7	5,6%
Variação das provisões técnicas e para resgate	0,4	1,2	-64,6%
Resultado com sorteio	(44,2)	(37,5)	-18,1%
Custos de aquisição	(24,4)	(24,6)	0,9%
Outras receitas e despesas operacionais	1,3	0,6	129,6%
Despesas administrativas, tributos	(41,4)	(42,0)	1,4%
Resultado financeiro	40,4	51,9	-22,2%
Resultado patrimonial	33,8	35,3	-4,2%
Lucro líquido	56,5	60,2	-6,2%

3. Comentário sobre o desempenho:

A receita líquida com títulos de capitalização da Sulacap totalizou R\$93,7 milhões em 2017, 5,6% superior à receita apresentada em 2016. O resultado com

sorteio foi 18,1% inferior ao realizado no ano anterior. Os custos de aquisição ficaram 0,9% abaixo do registrado em 2016. O resultado financeiro foi de R\$40,4 milhões, uma queda de 22,2% em relação ao exercício anterior. O lucro líquido no período foi de R\$56,5 milhões, 6,2% abaixo do apresentado em 2016.

4. Distribuição do resultado:

(R\$ milhões)	2017	2016
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	59,7	73,7
(-) Impostos e contribuições	(1,4)	(12,2)
(-) Participações	(1,8)	(1,3)
Subtotal	56,5	60,2
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1,2)	(3,0)
Lucro líquido ajustado	55,2	57,2
Dividendos mínimos obrigatórios	13,8	14,3
Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	13,8	14,3
Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	0,6	2,7
Bruto	17,0	20,0
Imposto de renda	(2,6)	(3,0)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	–
Constituição da reserva estatutária	38,2	37,2

5. Investimentos: Em 31/12/2017, a Companhia mantinha investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$112,8 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”: A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **7. Acordo de acionistas:** A Sul América Capitalização S.A. não é parte de acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Ativo			
Ativo circulante	–	842.994	776.975
Disponível	–	319	727
Caixa e bancos	–	319	727
Aplicações	5	802.882	733.735
Créditos das operações de capitalização	–	15.456	18.265
Créditos das operações de capitalização	6	15.456	18.265
Títulos e créditos a receber	–	24.325	24.216
Títulos e créditos a receber	7	10.658	8.172
Créditos tributários e previdenciários	8	12.486	14.973
Outros créditos	14,1	1.181	1.071
Despesas antecipadas	–	12	32
Ativo não circulante	–	247.085	229.329
Realizável a longo prazo	–	117.174	119.779
Títulos e créditos a receber	–	117.174	119.779
Títulos e créditos a receber	7	–	102
Créditos tributários e previdenciários	8	11.006	16.693
Depósitos judiciais e fiscais	15,1	106.168	102.984
Investimentos	–	120.829	105.352
Participações societárias	9	112.831	97.449
Imóveis destinados a renda	–	6.966	6.870
Outros investimentos	–	1.032	1.033
Imobilizado	–	357	630
Imóveis de uso próprio	–	12	27
Bens móveis	–	345	603
Intangível	–	8.725	3.568
Outros intangíveis	–	8.725	3.568
Total do ativo		1.090.079	1.006.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)			
	Notas	2017	2016
Passivo			
Passivo circulante	–	672.432	653.918
Contas a pagar	–	43.108	45.669
Obrigações a pagar	10,1	35.892	37.659
Impostos e encargos sociais a recolher	–	1.118	2.174
Encargos trabalhistas	–	1.607	1.436
Impostos e contribuições	–	221	203
Outras contas a pagar	–	4.270	4.197
Débitos de operações com capitalização	–	196	484
Débitos operacionais	–	196	484
Depósitos de terceiros	11	1.810	2.920
Provisões técnicas - capitalização	12	626.289	603.902
Provisão para resgates	–	560.176	536.234
Provisão para sorteio	–	57.737	58.866
Provisão administrativa	–	8.376	8.802
Outros débitos	–	1.029	943
Provisões judiciais	15,2	1.029	943
Passivo não circulante			
Contas a pagar	–	70.849	69.327
Obrigações a pagar	10,1	70.849	69.327
Outros débitos	–	34.615	31.442
Provisões judiciais	15,2	34.615	31.442
Patrimônio líquido			
Capital social	16,1	180.518	180.518
Reservas de capital	–	9	9
Reservas de reavaliação	–	3.683	3.683
Reservas de lucros	–	112.242	72.761
Ajustes de avaliação patrimonial	–	15.731	(5.354)
Total do passivo		1.090.079	1.006.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)									
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros	Total
Saldos em 01/01/2016	180.518	9	3.683	31.858	191.508	223.366	(70.524)	–	337.052
Dividendos complementares prop									

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

valor recuperável. 3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado.

3.4. Participações societárias: Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. 3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora do caixa.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 03 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões técnicas de capitalização: As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, apresentadas no passivo circulante em função do prazo de vigência da maior parte dos títulos ser 12 meses, de acordo com o determinado pela SUSEP, conforme a seguir:

3.7.1. Provisão matemática para capitalização (PMC): A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arredondados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em contrato.

3.7.2. Provisão para resgates (PR): A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar todos os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e deve ser atualizada conforme previsão contratual.

3.7.3. Provisão para sorteios a realizar (PSR): A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. A PSR deve ser atualizada de acordo com os critérios definidos em contrato.

3.7.4. Provisão para sorteios a pagar (PSP): A PSP é constituída a partir da data de realização do sorteio devendo ser atualizada conforme previsão contratual.

3.7.5. Provisão para despesas administrativas (PDA): A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. Com base em um histórico de informações é projetado o valor presente esperado das despesas administrativas futuras. As projeções são efetuadas considerando apenas as despesas necessárias à manutenção do negócio.

3.8. Provisão para ações judiciais: A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais civis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas.

3.8.1. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais civis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbeência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.8.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes.

3.9. Benefícios pos-emprego: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projeta e outras premissas atuariais.

3.10. Incentivo em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 13.2).

3.11. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.12. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil dos efeitos que podem surjar são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

• Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos tributários e previdenciários (nota 8.1); e • Ações fiscais (nota 15.2).

3.13. Ativos e passivos sem vencimento: A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante.

3.14. Normas emitidas e revisadas: 3.14.1. Normas Internacionais (IFRS) e Código de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

• Modificação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) – Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa;

• Modificações aos IAS 12 / CPC 32 – Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e

• Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) – Modificação aos IFRS 12 / CPC 45 – Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 /

CPC 31. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia. Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período da adoção inicial. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11); e • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. A SUSEP ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há evidência de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados e está aguardando o posicionamento formal do órgão regulador:

• As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia, IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. Com relação ao IFRS 15 / CPC 47 a SUSEP já aprovou tal normativo contábil – Circular SUSEP 561/17 – no entanto, em sua aprovação manteve a contabilização da operação de capitalização nos moldes atuais a partir de 01/01/2018.

4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSCO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma:

• **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

• **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação da resposta aos riscos; e

• **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa, além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas de gestão entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através dos elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2017 e 2016, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

	2017	2016
Patrimônio líquido contábil	312.183	251.617
Deduções:		
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(112.831)	(97.449)

Despesas antecipadas	(12)	(32)
----------------------	------	------

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Taxa média de juros	
Títulos de renda fixa - privados						22.201
Debêntures	–	–	21.701	22.201		
Pós-fixado CDI	–	–	5.039	5.102	109,2%CDI	5.102
Letras financeiras	–	–	16.662	17.099	119%CDI	17.099
Títulos de renda fixa - públicos			716.767	743.614		743.614
Notas do tesouro nacional - Série B	–	–	14.958	14.103	+5,04%a.a	14.103
Notas do tesouro nacional - Série F	–	–	209.219	225.378	12,01%a.a	225.378
Letras financeiras do tesouro	–	–	340.578	340.646	SELIC	340.646
Letras do tesouro nacional	–	–	152.012	163.487	13,95%a.a.	163.487
Pré-fixado	–	–				
Cotas de fundos de investimento	37.067	37.067	–	–		37.067
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	37.067	37.067	–	–		37.067
Subtotal	37.067	37.067	738.468	765.815		802.882
Percentual total - contábil			4,62%			100,00%
Total Circulante						802.882

	2017	2016
Valor justo por meio do resultado		
Valor avaliado pela curva		
Valor de mercado / contábil		
Disponível para venda		
Valor de mercado / contábil		
Taxa média de juros		
Total		

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor de mercado / contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de renda fixa - privados					39.928
Certificados de depósito bancário	–	–	39.590	39.928	
Pós-fixado CDI	–	–	5.119	5.161	109,2%CDI
Letras financeiras	–	–	34.471	34.767	115,02%CDI
Títulos de renda fixa - públicos			621.608	633.236	
Notas do tesouro nacional - Série B	–	–	14.584	13.199	+5,04%a.a
Notas do tesouro nacional - Série F	–	–	206.903	211.400	12,00%a.a
Letras financeiras do tesouro	–	–	266.490	266.255	SELIC
Letras do tesouro nacional	–	–	133.631	142.382	13,93%a.a.
Pré-fixado	–	–			
Cotas de fundos de investimento	60.572	60.571	–	–	60.571
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	57.857	57.857	–	–	57.857
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	2.715	2.714	–	–	2.714
Letras financeiras do tesouro	2.068	2.067	–	–	SELIC
Operações compromissadas	638	638	–	–	SELIC
Outros	9	9	–	–	9
Subtotal	60.572	60.571	661.198	673.164	733.735
Percentual total - contábil			8,26%		91,74%
Total Circulante					733.735

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.
--

5.2. Movimentação das aplicações:

Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total (a)
Saldo em 01/01/2016	8.382	856.655
Aplicações	71.133	448.456
Rendimentos resgate	(806)	(33.575)
Principal resgate	(24.812)	(742.425)
Resultado financeiro	6.180	94.024
Ajuste no patrimônio líquido	–	50.029
Outros recebimentos/(pagamentos)	494	–
Saldo em 31/12/2016	60.571	673.164

Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	–	37.067
Disponível para venda	743.614	22.201
Total	743.614	59.268

Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	37.067	37.067
Disponível para venda	743.614	22.201	765.815
Total	743.614	59.268	802.882

Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	2.705	57.866	60.571
Disponível para venda	633.236	39.928	673.164
Total	635.941	97.794	733.735

Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	2.705	57.866	60.571
Disponível para venda	633.236	39.928	673.164
Total	635.941	97.794	733.735

Descrição	2017	2016
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	6.908	11.017
A vencer entre 31 e 60 dias	7.747	6.374
Total	14.655	17.391</b

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

12. Provisões técnicas: 12.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão complementar de sorteio (PCS)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
Saldo em 01/01/2016	534.261	19.040	93	63.356	—	10.003	626.753
Constituições	633.274	—	38.384	39.297	1	—	—
Cancelamentos	(7.123)	(733)	—	(2.631)	(1)	—	—
Transferência entre provisões	(677.138)	677.138	—	—	—	—	—
Pagamentos / baixas	(2.458)	(681.890)	(38.545)	(42.615)	—	(1.201)	—
Atualização monetária / juros	39.607	2.256	189	1.338	—	—	—
Saldo em 31/12/2016	520.423	15.811	121	58.745	—	8.802	603.902
Constituições	677.237	—	44.704	44.890	1	(426)	—
Cancelamentos	(4.961)	(1.012)	—	(3.210)	(1)	—	—
Transferência entre provisões	(676.879)	676.879	—	—	—	—	—
Pagamentos / baixas	(2.308)	(679.461)	(44.921)	(43.162)	—	—	—
Atualização monetária / juros	32.912	1.535	207	363	—	—	—
Saldo em 31/12/2017	546.424	13.752	111	57.626	—	8.376	626.289

12.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2017	2016
Provisões técnicas	626.289	603.902
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	36.508	54.597
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	—	5.429
Títulos de renda fixa – públicos	743.613	633.235
Títulos de renda fixa – privados	22.201	39.928
Total de ativos	802.322	733.189
Ativos vinculados em excesso	176.033	129.287

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2017	2016	2017	2016
Sul América S.A. (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	—	582	913
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h) (k)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	281	166	1.132	62
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.495	1.368	543	341
Sul América Companhia de Seguros Saúde (a) (h) (k)	Controladora indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	13	32	789	1.116
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	50	49
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	102	99
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.	7.899	7.499	—	—
Gouveia Vieira Advocacia (b)	Outros	Outros	—	—	—	—
Almeida e Silva Gouveia Vieira Advogados Associados (b)	Outros	Outros	—	—	—	—
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (b)	Outros	Outros	—	—	—	—
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (b)	Outros	Outros	—	—	—	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (i) (j)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	10.058	13.639	16.045
Demais companhias associadas (i)	Outros	Outros	—	—	811	955
Total			9.688	19.123	17.648	19.580

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2017	2016	2017	2016
Sul América S.A. (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	—	—	—
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h) (k)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	1.626	1.516	(3.130)	(3.210)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5.764	5.723	(4.756)	(4.385)
Sul América Companhia de Seguros Saúde (a) (h) (k)	Controladora indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	1.725	1.626	(1.911)	(1.797)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	(1.175)	(519)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	(601)	(619)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	(1.220)	(1.257)
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.	—	—	—	—
Gouveia Vieira Advocacia (b)	Outros	Outros	—	—	(41)	(11)
Almeida e Silva Gouveia Vieira Advogados Associados (b)	Outros	Outros	—	—	(2)	—
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (b)	Outros	Outros	—	33	(12)	—
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (b)	Outros	Outros	—	—	(4)	(4)
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (i) (j)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Demais companhias associadas (i)	Outros	Outros	—	—	—	—
Total			9.115	8.898	(12.852)	(11.802)

(a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (b) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz à SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Refere-se aos seguros saúde e odontológico dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente aos dividendos a receber ou a pagar entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal e ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente à venda de títulos de capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição; (i) Valor referente a Juros Sobre Capital Próprio a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da Companhia; (j) Refere-se aos compromissos mobiliários entre as cláusulas do grupo; (k) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis (para efeitos de comparabilidade, estamos incluindo os valores não informados em 2016); Até 31/12/2017, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$29.997 (R\$33.518 em 2016) e pagou juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$17.000 (R\$20.240 de dividendos em 2016), sendo R\$16.045 (R\$192.734 de dividendos em 2016) para a Sul América Santa Cruz Participações S.A. e R\$955 (R\$11.466 de dividendos em 2016) para os demais acionistas. 13.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego em ações (a)	Incentivo Total
Contas a pagar		
2017	1.237	1.328
2016	967	1.268
Despesas		
2017	(2.663)	(1.086)
2016	(1.987)	(215)
Total		
	3.147	3.148
Não circulante		
	(4.008)	(2.548)

15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2016
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	22.125	1.541	2.969	(16.629)	10.006
Trabalhistas	10.597	753	889	(1.728)	10.511
Honorários	2.228	154	297	(1.662)	1.017
Outros	1.629	526	(487)	(623)	1.045
Subtotal</					

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	2017		18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:	2017
			2016	Contribuição social		
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	59.657	59.657	73.675	73.675		
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(14.914)	(11.931)	(18.419)	(14.735)		
Aliquota nominal	25%	20%	25%	20%		
Correntes:						
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.479)	(1.183)	(258)	(206)		
Redução ao valor recuperável	—	—	(2.832)	(2.044)		
Despesas indutivas	(463)	(359)	—	—		
Provisões não dedutíveis	(328)	(263)	—	—		
Subtotal	(2.270)	(1.805)	(3.090)	(2.250)		
Exclusões:						
Ajustes de investimentos em coligadas e controladas	8.457	6.766	8.822	7.057		
Reversão de provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	—	—	1.466	1.173		
Reversão de provisões não dedutíveis	—	—	901	721		
Atualização de depósitos judiciais	1.320	1.056	1.731	1.385		
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	304	243	—	—		
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	401	321	395	316		
Juros sobre o capital próprio	4.250	3.400	5.000	4.000		
Outras	1.564	981	166	116		
Subtotal	16.296	12.767	18.481	14.768		
Redução de incentivos fiscais	173	—	153	—		
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(715)	(969)	(2.875)	(2.217)		
Diferidos:						
Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias	1.547	852	(2.211)	(2.119)		
Débito tributário sobre atualização de depósitos judiciais	(1.320)	(793)	(1.727)	(1.040)		
Reversão de contingências	—	—	—	9		
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	227	59	(3.938)	(3.150)		
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(488)	(910)	(6.813)	(5.367)		
Aliquota efetiva	0,82%	1,53%	9,25%	7,28%		
Aliquota efetiva combinada	2,35%	—	16,53%	—		

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independentes e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da

Parecer do Atuário Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital

regulamentação e das normas internas da Companhia que pudesse colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; e Renato Russo - Membro.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras,

mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência acima referidos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45

João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/0-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

EFEITO INTERVENÇÃO NO RJ

Meirelles: “Reforma tributária deverá ser votada ainda antes da Previdência”

Ministro explica que, mesmo com a reforma, a carga tributária não cairá sem corte de despesas

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a reforma tributária deverá ser votada antes da reforma da Previdência por conta da intervenção federal no Rio de Janeiro, que suspendeu a votação das mudanças na aposentadoria por

se tratar de uma modificação constitucional, o que é proibido durante intervenções.

Em entrevista à Rádio FM Capital Campo Grande, o ministro disse que o governo apresentará um projeto de simplificação tributária ao Congresso Nacional, junto ao Orçamento. O governo

Ele acrescentou que,

mesmo com a reforma, a

tem até abril para enviar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso Nacional. “O melhor de fato é fazermos uma simplificação, uma racionalização tributária”, afirmou.

Meirelles, no entanto, minimizou a não votação da reforma da Previdência

neste momento dizendo que a mudança é fundamental,

carga tributária brasileira não cairá sem corte de despesas, e ressaltou que o gasto que cresce mais fortemente no Brasil é da Previdência.

Meirelles, no entanto, minimizou a não votação da reforma da Previdência

neste momento dizendo que a mudança é fundamental,

mas seu efeito é de longo

prazo. “A intervenção no Rio vai durar na pior das hipóteses este ano. Haverá

a retomada das discussões

da reforma da Previdência

após isso”, completou.

De acordo com o ministro,

sem a reforma da Previ-

dência, haverá uma des-

pesa adicional no ano que vem de R\$ 14 bilhões a R\$ 15 bilhões. Ele foi questionado na entrevista se sentia “saudades” da CPMF e respondeu que a contribuição

resolveu um problema tem-

porário, mas não é capaz de

compensar o crescimento das

despesas da Previdência.

CASO VIRACOPOS

Concessionária: ‘Concessão não será cassada’

A concessionária Aeropostos Brasil Viracopos informou que já realizou o pagamento das taxas que levaram a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a abrir o processo para cassar a concessão por inadimplência do contrato. “Destra forma, não há motivo para prosperar eventual processo

de caducidade”, informou. A concessionária espera quitar até o final de março as parcelas de outorga fixa e variável referentes ao ano de 2017.

Os administradores de Viracopos foram informados sobre a abertura do processo de caducidade pela Anac no dia 19. Ela vai prestar os escla-

recimentos solicitados pela agência dentro do prazo de 60 dias. A expectativa da concessionária é iniciar o processo de relicitação da concessão.

“A concessionária confirma que existem negociações em andamento com grupos estrangeiros interessados em investir em uma sociedade na administração do aeroporto”, disse a nota, acrescentando que os nomes são mantidos sob sigilo.

“No caso da possível entrada de um novo sócio, o aeroporto poderá até abrir mão do pleito para ser qualificado na Lei de

relicitação.”

Ela informou, ainda, que os investimentos “nunca param”. Este ano espera melhorar o terminal de cargas, diante dos recordes de movimentação de carga. Há planos ainda para transformar o antigo terminal de passageiros, atualmente desativado, em um ter-

mina para cargas domésticas.